

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DIREITOS INFANTIS: UM PROGRAMA DE PREVENÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

IMPORTANCE OF CONSTRUCTION SPACES IN THE PRECEPTOR'S OFFICE FOR MULTI-PROFESSIONAL HEALTHCARE RESIDENCIES: AN EXPERIENCE

Neibe Pereira dos Santos ¹

Wanda Cruz Mesquita Dalla Lima ²

Ana Paula Souza Baganha ³

Resumo: Este relato apresenta as experiências vivenciadas no Programa de Extensão em Serviço Social e Sociedade, da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) desenvolvido em parceria com a Escola Cívico Militar Maria dos Reis Alves Barros em Palmas-TO. O objetivo do programa foi proporcionar aos alunos conhecimentos sobre as redes de apoio e os canais de denúncia relacionados aos direitos das crianças e adolescentes, com ênfase na prevenção do trabalho infantil. A iniciativa envolveu 105 alunos do 7º ano do ensino fundamental, utilizando métodos participativos e lúdicos, como vídeos, jogos de tabuleiro e quizzes, para abordar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e informar sobre redes de apoio e canais de denúncia. A ação resultou em uma forte aceitação, com a maioria dos alunos avaliando as oficinas como ótimas ou boas. O projeto também reforçou a colaboração entre a UNITINS e a escola, promovendo o envolvimento acadêmico e a integração comunitária.

Palavras-chave: Extensão universitária. Prevenção do trabalho infantil. Direitos da criança e do adolescente. Educação lúdica. UNITINS. Escola Cívico Militar Maria dos Reis Alves Barros. Palmas-TO.

1 Mestre em Neuroengenharia (ISD). Pós Graduada em Preceptoría Multiprofissional na área da saúde (Faculdade de ciências da saúde Moinhos de Vento). Preceptora do Programa de residência do Instituto Santos Dumont, Macaíba, RN, Brasil Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0044876290091325>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7527-9953>. E-mail: luana.farache@isd.org.br

2 Mestre em Neuroengenharia (ISD), Pós Graduada em Preceptoría Multiprofissional na área da saúde (Faculdade de ciências da saúde Moinhos de Vento). Preceptora do Programa de residência do Instituto Santos Dumont, Macaíba, RN, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4219542186081427>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4419-0358>. E-mail: natalia.barbosa@isd.org.br

3 Especialista no Cuidado à Pessoa com Deficiência. Pós Graduada em Preceptoría Multiprofissional na área da saúde (Faculdade de ciências da saúde Moinhos de Vento). Preceptora do Programa de residência do Instituto Santos Dumont, Macaíba, RN, Brasil Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1308704925869891>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8172-4841>. E-mail: clea.medeiros@isd.org.br

Introdução

A Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) tem como missão promover o ensino, a pesquisa e a extensão, com qualidade e inovação, a fim de contribuir para a formação profissional e cidadã, priorizando o desenvolvimento social, econômico, cultural, político e sustentável do estado do Tocantins. Em consonância com essa missão, a UNITINS desenvolveu uma ação socioeducativa em parceria com a Rede Pública de Educação de Palmas-TO. O objetivo dessa ação foi proporcionar aos alunos conhecimentos sobre as redes de apoio e os canais de denúncia relacionados aos direitos das crianças e adolescentes, com ênfase na prevenção do trabalho infantil.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é fundamental garantir a dignidade e os direitos das crianças e adolescentes, protegendo-os de qualquer forma de exploração e violência. Em vista disso, a instituição parceira escolhida para a execução do Programa de Extensão em Serviço Social e Sociedade foi a Escola Cívico Militar Maria dos Reis Alves Barros, localizada na QD T 22, Apm 48, Av. TNS 4 – Taquari, Palmas-TO. Este projeto envolveu turmas do 7º ano do ensino fundamental, totalizando 105 alunos com idades entre 12 e 15 anos, distribuídos em três turmas no turno matutino e três turmas no turno vespertino.

A escolha da Escola Cívico Militar Maria dos Reis Alves Barros foi baseada em uma pesquisa realizada em Palmas pelo Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA) Glória de Ivone, entre janeiro e março de 2022. A pesquisa revelou um alto índice de violência sexual contra crianças e adolescentes no bairro Taquari, destacando a necessidade urgente de intervenções educativas que promovam a conscientização e a prevenção dessas violações. Dessa forma, o programa de extensão visa não apenas informar, mas também capacitar os alunos a identificar e denunciar situações de risco, fortalecendo a rede de proteção social na comunidade.

Materiais e Métodos

A abordagem utilizada no Programa de Extensão em Serviço Social e Sociedade, da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) desenvolvido em parceria com a Escola Cívico Militar Maria dos Reis Alves Barros em Palmas-TO, foi fundamentada na metodologia participativa, que segundo Freire (1996), promove um processo educativo em que os alunos são agentes ativos na construção do conhecimento, ao invés de meros receptores passivos. Esta metodologia visa criar uma ação dinâmica, mútua e positiva, onde os alunos participam ativamente e interagem com o conteúdo de maneira prática e reflexiva.

As atividades foram desenvolvidas em sala de aula e incluíram a apresentação de vídeos educacionais sobre a prevenção do trabalho infantil, abordados de forma divertida e envolvente. Os alunos foram divididos em quatro equipes, e cada equipe participou de um jogo de tabuleiro gigante. Cada grupo lançava um dado para avançar no tabuleiro, com cada casa representando informações relacionadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e aos direitos garantidos pelo documento. Durante o percur-

so, os alunos interagiam com imagens e informações que reforçavam o aprendizado sobre os direitos das crianças e adolescentes e as formas de prevenir o trabalho infantil.

Além do jogo de tabuleiro, foi realizado um quiz interativo com perguntas e respostas que consolidaram o entendimento sobre a prevenção do trabalho infantil. Este tipo de atividade lúdica é alinhada com a teoria de Vygotsky (1978), que enfatiza a importância da interação social e da brincadeira no desenvolvimento cognitivo e na aprendizagem das crianças. A utilização de metodologias lúdicas e explicativas não apenas facilita a assimilação de conceitos complexos, mas também torna o processo de aprendizagem mais agradável e significativo para os alunos.

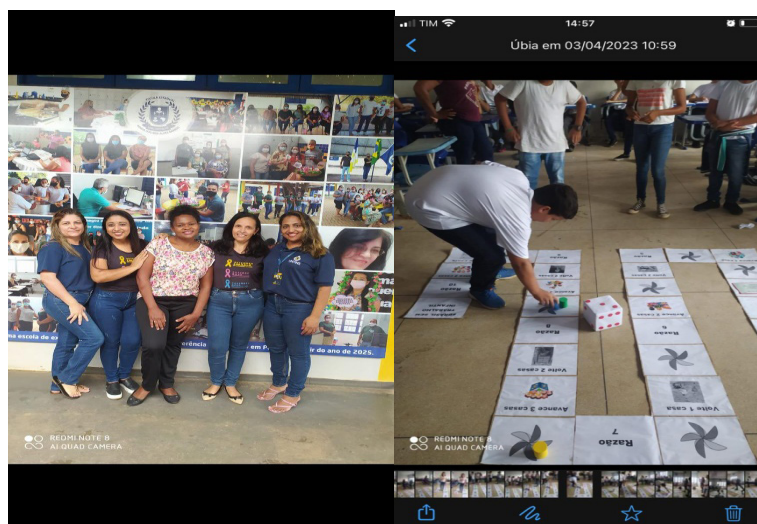
A fundamentação teórica dessas abordagens pedagógicas está alinhada com a ideia de que a aprendizagem ativa e participativa não só melhora a retenção do conhecimento, mas também promove habilidades críticas e reflexivas nos alunos, conforme discutido por Dewey (1938). Portanto, as atividades desenvolvidas no programa de extensão não só informaram sobre os direitos das crianças e adolescentes, mas também incentivaram um ambiente de aprendizado colaborativo e interativo.

Resultados e discussão

A presente ação foi pontual, pois contemplou os resultados positivos sobre as dinâmicas de prevenção ao trabalho infantil.

Trouxe através da ludicidade a prevenção e as formas de denúncias, consolidou parcerias e aproximação da Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS e a Escola Cívico Militar Maria dos Reis Alves Barros. Contribuiu para a efetivação do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, principalmente por possibilitar o envolvimento dos acadêmicos do Curso de Serviço Social e o engajamento dos alunos na promoção de conhecimento.

Imagem 1. Acadêmicas/Professora orientadora/Alunos no jogo de Tabuleiro



Fonte: Elaborada pelas autoras (2024).

Conclusão

O programa de extensão em Serviço Social e Sociedade apresentou uma ótima aceitação dos alunos. Dessa forma, foi possível assegurar por meio do ECA aspectos importantes sobre; A Saúde e A prevenção, que toda criança deve estar na escola, criança não pode trabalhar, e, se caso isso ocorra, somente

em condição de jovem aprendiz e que a prevenção é a melhor opção. Além disso, possibilitou a avaliação dos alunos sobre a ação realizada, com auxílio de um questionário de perguntas e respostas, onde avaliaram como boa, ótima ou regular. Os resultados foram bastante satisfatórios, sendo que, 52 (cinquenta e dois) alunos responderam ao questionário e segundo o resultado, 29 (vinte e nove) alunos avaliaram a oficina como ótima e o restante, 24 (vinte e quatro) alunos, como bom.

Referências

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CEDECA, Glória de Ivone. Análise situacional dos direitos da criança e do adolescente (ASDCA). 27 de março de 2023. Slides. Disponível em: <<http://www.cedecato.org.br/site/images/publicacoes/pdf/asdca-1compressed-1.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

Resolução nº. 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: SEDH/CONANDA, 2006.

Dewey, J. (1938). Experience and Education. New York: Macmillan.

Freire, P. (1996). Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra.

Vygotsky, L. S. (2007). A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. São Paulo: Martins Fontes.

Recebido em 15 de agosto de 2024

Aceito em 20 de setembro de 2024